

Analistas recomendam decisões rápidas

BRENDAN MURPHY
Da UPI

Nova Iorque — O presidente Fernando Collor de Mello não pode vacilar no corte dos gastos públicos, no aperto monetário e em outras medidas que devem ser tomadas imediatamente contra a hiperinflação, sob pena de perder o apoio popular conseguido com as primeiras eleições diretas em três décadas, afirmaram ontem analistas econômicos norte-americanos.

“Ele tem o mandato do povo para fazer o que quiser e o meu medo é que ele perca essa oportunidade e o mandato”, advertiu Shafiqul Islam, membro permanente do Conselho de Relações Exteriores em Nova Iorque e especialista em economias do Terceiro Mundo sobrecarregadas pela dívida externa.

“Basicamente, meu sentimento é o de que ele é uma reedição do fenômeno (Carlos) Menem”, afirmou Islam, referindo-se ao presidente argentino, que se vê hoje em sérias dificuldades justamente por ter vacilado em adotar as duras medidas de contenção dos gastos.

“Quando se lida com a hiperinflação, tem de se fazê-lo dentro de poucas semanas. Uma vez que se usa a embromação, depois de algum tempo perde-se a credibilidade”, afirmou o analista do Conselho de Relações Exteriores.

Muito mais mordaz foi Lawrence Krohn, veterano economista da empresa Shaerson Lehman Hutton Inc. de Nova Iorque, que acompanha os acontecimentos no Brasil: “Ele (Collor) parece ter um programa orientado para a privatização (de estatais), tornar a economia mais eficiente e cortar o déficit público. Mas Menem também dizia as coisas certas”.

Definindo sua posição como “cautelosamente otimista”, Krohn destacou que Collor “estão dizendo todas as coisas certas e deixando uma boa impressão”, por exemplo no caso da dívida externa. “Ele (Collor) certamente não vai criar antagonismo com os bancos”, observou o analista.

Pelo menos inicialmente, o Brasil não será forte candidato a uma redução de sua dívida através do chamado Plano Brady, que tem sido aplicado ao México e Filipinas e está em vias de sê-lo

também à Venezuela. Os bancos credores esperam pelo menos o pagamento de parte dos juros atrasados para demonstrar a boa vontade brasileira em terminar com a moratória de fato que vigora desde 1989.

De acordo com Krohn, embora a necessidade que o Brasil tem de redução na dívida seja urgente, suas possibilidades de obter perdão de parte dos débitos e reescalonamento do resto serão consideravelmente menores que as experimentadas pelos mexicanos.

O México, cuja “Bradyzação” reduziu sua dívida de 103 para 96 bilhões de dólares e diminuiu os pagamentos anuais de juros em 1,6 bilhão, teve a seu favor o fato de ser vizinho dos Estados Unidos e possuir um melhor passado de devedor do que o Brasil

Islam acha que o problema da dívida externa é menor se comparado com as providências internas que Collor tem de tomar, tais como a contenção dos enormes gastos públicos e o fim da ineficiência estatal e privada patrocinada pelo governo em certos setores industriais.